



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PROJETOS ESPECIAIS-PNUD
EQSW 103/104 - Complexo Administrativo – Bloco “B”, Térreo, Setor Sudoeste – 70670-350 – Brasília - DF
Caixa Postal 7993
Telefones: (61) 3341-9448/3341-9208 FAX.: (61) 3341-9499

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO EDITAL
Nº 003/2015 DE 10/07/2015**

**Projeto Para Conservação da Biodiversidade e Promoção do Desenvolvimento Sócio Ambiental
PROJETO PNUD BRA/08/023**

ATENÇÃO

FAVOR ENCAMINHAR O CURRÍCULUM, COM BASE NO MODELO CONSTANTE DESTES EDITAIS, POR CARTA REGISTRADA, ATÉ O **DIA 20 DE JULHO DE 2015** PARA O SEGUINTE ENDEREÇO:

**PROJETO PNUD BRA/08/023 - PROJETOS ESPECIAIS
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO
EQSW 103/104 – COMPLEXO ADMINISTRATIVO, BLOCO “B”, TÉRREO – SETOR SUDOESTE
CAIXA POSTAL Nº 7993
70673-970 – BRASÍLIA – DF**

Somente serão considerados no processo seletivo, os currículos, cuja identificação do **EDITAL E CÓDIGO DA VAGA** desejada esteja descrito na parte externa do envelope. O candidato que desejar concorrer a mais de uma vaga deverá encaminhar um currículo para cada código em envelopes diferentes.

Ressalta-se que: Nos termos do Artigo 7º, do Decreto 5.151 de 22/07/04 “*É Vedada a contratação, a qualquer título, de Servidores Ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional*”.

OBS: APÓS A SELEÇÃO CURRICULAR DOS CANDIDATOS O ICMBIO ENTRARÁ EM CONTATO PARA MARCAR ENTREVISTA E SOLICITAR PROPOSTA FINANCEIRA PARA AVALIAÇÃO

ESTE EDITAL TEM VALIDADE DE UM ANO

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONSULTOR TÉCNICO (01 VAGA) – CODIGO BRA/08/023- VAGA 93

2- Setor Responsável: CGCAP/COMAM **3- Diretoria:** DIMAN/ICMBIO

4. Função do Profissional a ser Contratado: Técnico Especializado

5. Contexto: O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) é uma autarquia em regime especial criada em 28 de agosto de 2007 pela Lei Nº 11.516, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integrado ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

A missão do ICMBio é proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental. Cabe ao ICMBio executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as unidades de conservação (UC) instituídas pela União. E também fomentar e executar programas de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para proteção das unidades de conservação federais.

Entre as suas principais atribuições está a tarefa de apresentar e editar normas e padrões de gestão de unidades de conservação federais, elaborando os Planos de Manejo para as unidades de conservação e desta forma apoiar a implementação do SNUC, que em seu Artigo 27º estabelece que *“as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo” (Artigo 2º, XVII – Plano de Manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamentos nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade).*

Com a finalidade de elaborar diretrizes e acompanhar o processo de Licenciamento Ambiental da rodovia BR-319, em 22 de setembro de 2008 a Portaria Nº 295 do MMA instituiu o Grupo de Trabalho (GT) BR-319 (MMA, ICMBio e IBAMA, 2008) que, por conseguinte, instituiu o Subgrupo Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319, que elaborou um Plano de Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319 (ICMBio *et alii.*, 2008).

Com base no Relatório Final do GT BR-319 em 2005 a decisão do Governo Federal foi de recuperar o pavimento da rodovia BR-319, que liga Manaus, no Estado do Amazonas a Porto Velho, no Estado de Rondônia, levou o MMA, com base no Artigo 22-A da Lei Nº 9.985 de 18 de julho de 2000, a decretar, em 02/01/2006, a Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) no entorno da BR-319 com o objetivo de realizar estudos voltados à criação de unidade de conservação. Como consequência deste instrumento, atualmente a região da área de influência da BR-319 conta com um conjunto de 11 unidades de conservação (UC) federais, abrangendo uma área total de 7,58 milhões de ha, e que somado às unidades de conservação criadas pelo Governo do Estado do Amazonas nessa região, juntamente com as unidades de conservação existentes em Rondônia, atingem um total de mais de 12 milhões de ha de áreas protegidas.

Considerada uma das mais efetivas maneiras de evitar o desmatamento oriundo da ocupação desordenada na região amazônica, as áreas protegidas foram consideradas primordiais no estabelecimento de medidas visando impedir a descaracterização dos ambientes naturais ao longo da

estrada. Porém, para que essas unidades venham a desempenhar seus objetivos de forma plena, faz-se necessário o estabelecimento de um conjunto de medidas que propicie não apenas a sua proteção, baseada em ações concretas de comando e controle, mas também possibilite o pleno desempenho das atividades vinculadas aos processos de implementação, consolidação e gestão dessas unidades.

Assim, conforme o Plano de Proteção e Implementação das Unidades de Conservação da BR-319, como estratégia para a elaboração dos planos de manejo de forma integrada, foi elaborado o marco conceitual e teórico para o processo de planejamento para a elaboração destes Planos de Manejo Integrados, consolidados no documento “Desenho do Processo de Planejamento para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319)”,

O Desenho do Processo de Planejamento (DPP) para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira estabelece os aspectos conceituais e as diretrizes metodológicas concernentes ao processo de planejamento, os mecanismos de participação e integração pública, e os mecanismos para a capacitação dos gestores das UC durante o processo de elaboração dos Planos de Manejo. Esse processo também propiciará a aplicação do piloto do Roteiro Metodológico para UC de Proteção Integral, que esta em fase de teste, contribuindo assim para o aperfeiçoamento dos processos de planejamento, e para subsidiar a elaboração de um roteiro único de planejamento para todas as categorias de UC.

A Região do Interflúvio Purus-Madeira e das Unidades de Conservação objetos desse Termo de Referencia tem como base a área de influência da rodovia BR-319 considerada pelo Plano de Proteção e Implementação das UC da BR-319, que é a região compreendida no interflúvio dos rios Purus e Madeira, em seus cursos médio e baixo no Estado do Amazonas, e uma pequena parte do extremo noroeste do Estado de Rondônia, acrescida de todo o município de Porto Velho e de um buffer de 30 km nos limites das UC federais.

Assim a área de abrangência dos estudos para o interflúvio Purus-Madeira compreende, portanto, 11 unidades de conservação federais com características bastante distintas, como tempo de criação, importância ecológico-econômica local/regional, infraestrutura, extensão, níveis de gestão, dentre outros, segue uma breve descrição de cada uma delas.

As 11 UC federais que compõem o Interflúvio Purus-Madeira são:

- **Reserva Biológica Abufari** criada pelo Decreto Federal Nº 87.585, de 20 de setembro de 1982, com área aproximada de 288.000 ha, no Município de Tapauá/AM. Está localizada predominantemente em área de várzea amazônica, com um importante complexo lagunar, berço de diversas espécies de peixes com grande importância econômica para o Estado do Amazonas. É considerada como um dos últimos habitat do peixe-boi-da-amazônia *Trichechus inunguis* e abriga um dos maiores tabuleiros do mundo de desova da tartaruga-da-amazônia *Podocnemis expansa*.
- **Estação Ecológica Cuniã** criada pelo Decreto Federal de 27 de setembro de 2001, com a área de aproximadamente 53.221ha, dividida em duas áreas distintas denominadas Área I e Área II. Foi ampliada através do Decreto Federal de 21 de dezembro de 2007, e através da Lei Federal 12.249 de 11 de junho de 2010, compondo aproximadamente 190.177 ha, estando localizada nos municípios de Porto Velho/RO e Canutama/AM. Os objetivos iniciais de proteger e preservar amostras dos ecossistemas de Cerrado, bem como propiciar o desenvolvimento de pesquisas científicas, foram também ampliados para proteger a diversidade biológica e a representatividade dos ambientes naturais na região do médio Rio Madeira.

- **Parque Nacional Mapinguari** criado pelo Decreto Federal de 05 de junho de 2008, com área aproximada de 1.572.422ha. A Lei Nº 12.249 de 14 de junho de 2010 alterou os limites do Parque Nacional Mapinguari ampliando seus limites em cerca de 180.900ha, em virtude da anexação à área do Parque, das Unidades de Conservação estaduais Estação Ecológica Antônio Mojica Nava, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Vermelho A, Floresta Estadual de Rendimento Sustentável Rio Vermelho B e de parte da Estação Ecológica Serra dos Três Irmãos, todas em Rondônia. O Artigo 3º do referido Decreto Federal e o Artigo 119 da referida Lei de Ampliação, também estabelece os limites da Zona de Amortecimento da unidade de conservação, que correspondem a uma faixa de dez quilômetros em projeção horizontal a partir do perímetro da UC. Tem como o objetivo principal preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, com destaque para importantes encaves de savana do Interflúvio Purus-Madeira, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.
- **Parque Nacional Nascentes do Lago Jari** criado pelo Decreto Federal de 08 de maio de 2008, com área de 812.141ha, localizado nos Municípios de Tapauá e Beruri.
- **Floresta Nacional Balata-Tufari** criada por meio do Decreto Federal de 17 de fevereiro de 2005, com área total de 802.023ha, nos Municípios de Canutama e Tapauá no Estado do Amazonas. Por meio do Decreto Federal de 08 de maio de 2008, foi ampliada em 275.836ha.
- **Floresta Nacional Humaitá** criada pelo Decreto Federal Nº 2485 de 02 de fevereiro de 1998, com área de 468.790,000 ha no Município de Humaitá, Estado do Amazonas, situada na zona fisiográfica do Rio Madeira.
- **Floresta Nacional Iquiri** criada pelo Decreto Federal de 08 de maio de 2008, com área aproximada de 1.476.073ha, situada no Município de Lábrea, localizado ao sul do Estado do Amazonas.
- **Reserva Extrativista do Lago do Cuniã** criada pelo Decreto Federal Nº 3.238, de 10 de novembro de 1999, com área aproximada de 55.850ha no Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com o objetivo de garantir a exploração auto sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área, teve a redação do decreto de criação alterado pelo Decreto Federal Nº 3.449, de 09 de maio de 2000.
- **Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande** criada pelo Decreto Federal de 3 de junho de 2004, com área de 304.146,28ha, no Município de Manicoré, no Estado do Amazonas, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.
- **Reserva Extrativista Médio-Purus** criada pelo Decreto Federal de 08 de maio de 2008, com a área de 604.209,25ha, localizada nos Municípios de Lábrea, Pauini e Tapauá, no estado do Amazonas. Estima-se que haja 1200 famílias distribuídas em 97 comunidades na calha do Rio Purus.
- **Reserva Extrativista Rio Ituxi** criada pelo Decreto Federal de 05 de junho de 2008, com área de 776.940ha, localizada no Município de Lábrea, no Estado do Amazonas. Residem na UC cerca de 100 famílias distribuídas em 12 comunidades.

Estratégias de Execução:

Os serviços de consultoria, objeto desta contratação, seguirão as recomendações apresentadas neste Edital, bem como as orientações da Equipe de Planejamento Geral.

A Estratégia de execução destes 11 (onze) Planos de Manejo (9 elaboração 2 revisão) de forma Integrada está baseada no marco conceitual e metodológico apresentado no DPP, onde se prevê a construção de uma visão regional do contexto do Interflúvio sob influência da BR-319, comum a todas UC, e a

elaboração/revisão de um Plano de Manejo para cada UC a partir desta perspectiva de planejamento regional, mas com alto grau de integração das ações, zoneamentos e normas.

Estão previstas 3 (três) etapas para a elaboração destes planos de manejo (Organização do Planejamento, Diagnóstico, Planejamento), com momentos de participação social e capacitação das equipes das UC envolvidas. A etapa de Organização do Planejamento já foi realizada pela Equipe de Planejamento Geral e as equipes das Unidades de Conservação, e a etapa de diagnóstico está em curso.

A fase de Planejamento será executada em etapas, por grupos de unidades de conservação, sempre buscando a uniformização de procedimentos e o aperfeiçoamento das técnicas para o processo de elaboração dos planos de manejo.

Caberá a Equipe de Planejamento Geral a coordenação e supervisão de todo o processo, procedendo à análise, aprovação e elaboração de pareceres quanto aos relatórios e produtos finais, além de pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas para a elaboração dos serviços contidos no edital. O Supervisor Geral desenvolverá suas atividades em consonância com Equipe de Planejamento Geral e Equipe de Planejamento por UC, as quais participarão das atividades de campo, reuniões e oficinas.

A Equipe de Planejamento Geral também tem o papel de coordenar e integrar os diferentes grupos de técnicos envolvidos no processo de planejamento, mantendo as equipes informadas acerca das decisões e encaminhamentos a serem adotados, zelando pela manutenção da definição estratégica prevista no DPP para elaboração destes Planos de Manejo.

A comunicação entre o CONTRATADO e a Equipe de Planejamento Geral, além de outros envolvidos no processo de elaboração dos Planos de Manejo, deverá ser constante e se dará por meio das seguintes formas:

- **Reuniões/Oficinas:** serão agendadas conforme cronograma constante na Matriz de Organização do Planejamento (MOP) e acordadas com o CONTRATADO na elaboração de seu Plano de Trabalho. No caso de reuniões excepcionais, estas deverão ser agendadas com 15 (quinze) dias antes da data em que ocorrerá. Toda reunião deverá ter por obrigatoriedade uma Ata de Reunião.
- **Ofícios/Memorandos/Despachos/Convites:** deverão ser usados para comunicação formal entre os envolvidos no processo de planejamento, obedecendo às normas e recomendações do Manual de Gestão Documental do ICMBio. Todos os documentos oficiais serão obrigatoriamente assinados e encaminhados por servidor do ICMBio com a devida delegação de competência cabendo a CONTRATADA propor, quando necessário, a minuta de documento. Cópia da documentação poderá ser enviada por email para acelerar os procedimentos.
- **Relatórios e Atas de Reuniões:** poderão ser enviados por email aos participantes com autorização expressa da Equipe de Planejamento Geral. O documento impresso deverá fazer parte dos relatórios dos produtos.
- **Emails:** a comunicação eletrônica deverá, preferencialmente, ser realizada por endereço de email institucional, com cópia para os demais membros da Equipe de Planejamento Geral. Todo tipo de solicitação e, principalmente, definição e propostas de encaminhamento de algum assunto realizado informalmente por meio de encontros pessoais ou por telefone, só terão validade se registradas posteriormente através de documentos oficiais ou email oficial do ICMBio.

6. Justificativa:

O Desenho do Processo de Planejamento para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319) previa a contratação de duas empresas para a Realização dos Diagnósticos Ambiental e Socioeconômico para subsidiar a elaboração dos planos de manejo.

As duas empresas foram contratadas, porém a empresa responsável pela elaboração do diagnóstico socioeconômico teve seu contrato encerrado logo após a entrega do primeiro produto que era o Relatório do Diagnóstico Socioeconômico – Dados Secundários do Interflúvio Purus Madeira. Em função deste encerramento o ICMBio estabeleceu nova estratégia para dar continuidade ao Diagnóstico, sem que houvesse prejuízo temporal ou de qualidade, na elaboração dos planos de manejo. O diagnóstico ambiental está em etapa final de elaboração.

Paralelamente a este trabalho, o ICMBio, por meio da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial (DISAT), promoveu o cadastro dos moradores para embasar a definição dos beneficiários de políticas públicas nas unidades de conservação de uso sustentável, gerando uma rica fonte de informações que agora está disponível para a elaboração do diagnóstico sócio ambiental. Foram contempladas: Floresta Nacional de Humaitá, Floresta Nacional Balata Tufari, Floresta Nacional de Iquiri, Reserva Extrativista do Lago do Capanã Grande, Reserva Extrativista do Ituxi, Reserva Extrativista do Médio Purus, Reserva Extrativista do Lago Cuniã.

O ICMBio também realizou a o cadastro de moradores da Reserva Biológica de Abufari, unidade com maior quantidade de moradores, por meio do Projeto BRA/08/023, utilizando a mesma metodologia das unidades de conservação de uso sustentável.

Para o Parque Nacional das Nascentes do Lago Jari e Estação Ecológica do Cuniã, os dados foram refinados por ocasião de oficinas realizadas com representantes das comunidades e no âmbito das reuniões dos conselhos consultivos.

O Parque Nacional do Mapinguari possui diversas informações socioeconômicas que estão sendo sistematizadas e organizadas pela equipe gestora.

A consolidação e análise das informações disponíveis quanto ao contexto socioeconômico em que as Unidades de Conservação estão inseridas são de grande importância para entendimento da dinâmica regional, social e econômica, e sua relação com o meio ambiente resguardado pelas UC, seja quanto ao uso sustentável dos recursos ou às ameaças causadas pelo uso e ocupação desordenados da região. Por sua vez, a caracterização e entendimento desta relação são de grande importância para subsidiar o planejamento das UC em questão.

Com o desenvolvimento desta consultoria, espera-se obter como produto principal a caracterização e análise do contexto socioeconômico do Interflúvio Purus-Madeira e de 3 unidades de conservação, para composição (em conjunto com as informações do Diagnóstico Ambiental, objeto de outra consultoria em curso) do “Encarte de Diagnóstico” dos Planos de Manejo em elaboração, bem como, subsidiar o planejamento do manejo e gestão destas UC. Este produto deverá focar na resposta aos desafios de gestão, na análise da importância das UC no contexto socioambiental local, revelando sua possível contribuição para o desenvolvimento regional.

A consolidação do componente Diagnóstico Socioeconômico para o plano de manejo das Unidades de Conservação do Interflúvio Purus-Madeira tem os seguintes objetivos:

- Consolidar e analisar as informações existentes sobre a realidade socioeconômica do Interflúvio Purus Madeira.
- Consolidar e analisar as informações existentes (dados fornecidos pelo ICMBio e consultas bibliográficas realizados pelo CONTRATADO) sobre a realidade socioeconômica de 3 unidades de conservação do Interflúvio Purus Madeira: Parque Nacional do Mapinguari, Parque Nacional Nascentes do Lago Jari e Reserva Biológica do Abufari). A integração e análise dessas informações consistem no Diagnóstico Socioeconômico que fará parte do “Encarte Diagnóstico” dos Planos de Manejo em elaboração, bem como, subsidiará o planejamento das UC.

7. Propósito da Contratação: Consolidação do Diagnóstico Socioeconômico do Interflúvio Purus-Madeira e elaboração do Diagnóstico Socioeconômico com dados secundários das seguintes unidades: Reserva Biológica do Abufari, Parque Nacional das Nascentes do Lago Jari, Parque Nacional do Mapinguari.

8. Atividades e Produtos:

Atividade 1: Reunião de Planejamento

O Consultor deverá participar de uma reunião com a Equipe de Planejamento dos Planos de Manejo das UC do Interflúvio Purus-Madeira para Elaboração de Plano de Trabalho, detalhamento e acordo da itemização e conteúdo dos Produtos e retirada dos insumos a serem entregues pelo ICMBio (banco de dados, bibliografia, etc.)

O CONTRATADO arcará com as despesas de deslocamento.

- Local: Sede do ICMBio, Complexo Administrativo Sudoeste – EQSW 103/104, Sudoeste, Brasília – DF
- Duração: 1 (um) dia.

Atividade 2: Elaboração do relatório consolidado do Diagnóstico Socioeconômico do Interflúvio Purus-Madeira

O CONTRATADO deverá sistematizar e analisar as informações socioeconômicas já existentes (fornecidas pelo ICMBio e obtida em revisão bibliográfica) sobre a região do Interflúvio Purus-Madeira e das 11 UC Federais, considerando os desafios de gestão, a coerência e importância das informações para a gestão das UC, de acordo com cada Categoria de manejo.

Produto 1 – Relatório do Diagnóstico Socioeconômico do Interflúvio Purus-Madeira: contendo a análise do contexto socioeconômico em que o Interflúvio está inserido, a contribuição do conjunto de unidades para o desenvolvimento regional, bem como, análise dos fatores sociais e econômicos que ameaçam a manutenção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais destas áreas.

Atividade 3: Participar da reunião preparatória da Oficina de Consolidação de Diagnóstico

O Consultor deverá participar de reunião com a Equipe de Planejamento, para planejamento conjunto das atividades e conteúdo da oficina de capacitação dos gestores das UC em Planejamento e Consolidação do Diagnóstico e das Reuniões Ampliadas com os Conselhos das UC.

O CONTRATADO arcará com as despesas de deslocamento e estadia.

- Local: Brasília/DF.
- Duração: 3 (três) dias.

Atividade 4: Elaboração do relatório consolidado do Diagnóstico Socioeconômico do Parque Nacional das Nascentes do Lago Jari.

Produto 2 – Relatório do Diagnóstico Socioeconômico do Parque Nacional das Nascentes do Lago Jari: contendo a análise do contexto socioeconômico em que a UC está inserida, a contribuição para o desenvolvimento regional, bem como, análise dos fatores sociais e econômicos que ameacem a manutenção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais da mesma.

Atividade 5: Elaboração do relatório consolidado do Diagnóstico Socioeconômico da Reserva Biológica do Abufari.

Produto 3 – Relatório do Diagnóstico Socioeconômico do Diagnóstico Socioeconômico da Reserva Biológica do Abufari: contendo a análise do contexto socioeconômico em que a UC está inserida, a contribuição para o desenvolvimento regional, bem como, análise dos fatores sociais e econômicos que ameacem a manutenção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais da mesma.

Atividade 6: Elaboração do relatório consolidado do Diagnóstico Socioeconômico do Parque Nacional Mapeguari.

Produto 4 – Relatório do Diagnóstico Socioeconômico do Parque Nacional Mapeguari: contendo a análise do contexto socioeconômico em que a UC está inserida, a contribuição para o desenvolvimento regional, bem como, análise dos fatores sociais e econômicos que ameacem a manutenção da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais da mesma.

Atividade 7: Oficina de Consolidação dos Diagnósticos

Conforme previsto no DPP para os Planos de Manejo das UC Federais do Interflúvio Purus-Madeira, antes de cada etapa da elaboração destes planos de manejo integrados será realizada uma etapa de capacitação para os gestores das UC.

O CONTRATADO, deverá participar da Oficina de Capacitação e de Consolidação do Diagnóstico, que terá duração de 6 (seis) dias e participação de 40 (quarenta) pessoas.

O CONTRATADO deverá apresentar os resultados **do relatório consolidado do diagnóstico socioeconômico do Interflúvio Purus Madeira**, conforme roteiro previamente acordado com o ICMBio, durante a Atividade 3.

O CONTRATADO arcará com o seu deslocamento.

1. Local: Porto Velho/RO.
2. Duração: 6 (seis) dias

9. Direitos Autorais e de Propriedade Intelectual:

A titularidade dos direitos materiais e imateriais, de propriedade industrial, de software, de direitos autorais, inclusive patrimoniais e conexos, e quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais e produtos produzidos no âmbito de contrato a ser firmado serão do CONTRATANTE. O

CONTRATADO se obriga a firmar documento contrato ou declaração adicional ou praticar qualquer outro ato para assegurar que os direitos mencionados sejam reconhecidos e livremente gozados pelo CONTRATANTE.

Para a publicação e produção de materiais bibliográficos na forma de artigos, trabalhos acadêmicos, para congressos e eventos científicos, entre outros, produzidos a partir de informações objeto da contratação pela consultoria e sua equipe técnica, deverá ser solicitada previamente autorização do ICMBio.

Fontes de consulta e créditos para fotos, figuras, mapas, dentre outros deverão ser apresentados conforme normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

10. Prazos:

O prazo total para execução do contrato é de 130 dias, conforme detalhamento no item 11 deste TDR. O prazo restante entre a entrega do Produto 4 (75 dias) e a finalização do contrato é referente a análise, revisão e aprovação do Produto final.

Sempre que produtos preliminares forem submetidos à apreciação da Supervisão Geral dos Planos de Manejo das UC Federais do Interflúvio Purus-Madeira/COMAN, esta terá um prazo de, no mínimo, 10 dias úteis e no máximo 20 dias úteis para se manifestar. Para a apresentação da versão final, se for o caso, o (a) contratado(a) atenderá às recomendações que venham a ser feitas para o aprimoramento e a melhoria dos seus produtos, devendo este ser entregue num prazo máximo de 15 dias úteis após aprovação da versão preliminar feita pela Supervisão Geral dos Planos de Manejo das UC Federais do Interflúvio Purus-Madeira. Caso sejam necessários novos ajustes, pode ser solicitada nova rodada de correções.

11. Produtos	Valor (percentual)	DATA PREVISTA
Produto 1: Relatório do Diagnóstico Socioeconômico do Interflúvio Purus-Madeira	20 %	20 dias após assinatura do contrato
Produto 2: Relatório do Diagnóstico Socioeconômico do Parque Nacional das Nascentes do Lago Jari	20 %	35 dias após assinatura do contrato
Produto 3: Relatório do Diagnóstico Socioeconômico da Reserva Biológica do Abufari	30 %	55 dias após assinatura do contrato
Produto 4: Relatório do Diagnóstico Socioeconômico do Parque Nacional do Mapinguari	30 %	75 dias após assinatura do contrato

OBS: Estão inclusos no custo do contrato e correrão por conta do (a) contratado(a) a remuneração de todos os serviços prestados nesta consultoria, bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

PERFIL DO PROFISSIONAL

12. Modalidade a ser Contratado:	<input checked="" type="checkbox"/> Produto
13. Período da Contratação	130 dias

14. Valor do Contrato: De acordo com a Portaria Nº 162 de 12/05/11-MMA, os custos com hospedagem, alimentação e passagem são por conta do(a) consultor(a) para a realização das atividades nas cidades estipuladas por este Termo de Referência, além de todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.		Total Geral: R\$	
15. Nº de Vaga(s):	01		
16. Nível de Escolaridade Desejado:	<input checked="" type="checkbox"/> Nível Superior	<input type="checkbox"/> Mestrado	<input type="checkbox"/> Doutorado
17. Formação Acadêmica (obrigatória): CIÊNCIAS AGRÁRIAS, CIÊNCIAS SOCIAIS ou CIÊNCIAS HUMANAS			
18. Experiência Profissional: em diagnóstico e/ou planejamento de Unidades de Conservação e comprovação da expertise mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica e atuação em trabalhos desta natureza, preferencialmente do Bioma Amazônia.			
19. Tempo de Experiência Profissional: mínimo de 5 (cinco) anos.			
20. Localidade de Realização do Trabalho: Porto Velho/RO (Interflúvio Purus-Madeira)			
21. Disponibilidade para Viagens:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
22. Conhecimentos em Informática:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
23. Conhecimento da Legislação Pertinente.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
24. Conhecimento em Língua Inglesa.	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	
25. Capacidade de Redação Clara e Concisa em Português.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
26. Insumos Previstos: Desenho do Processo de Planejamento para os Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais do Interflúvio Purus-Madeira (BR-319), Dados secundários do Interflúvio Purus Madeira e 11 UC que o compõe, e dados do cadastro dos moradores das UC de Uso Sustentável descritas neste TDR e da Reserva Biológica do Abufari, feitos pelo ICMBio.			

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO – VAGA 93

O profissional será avaliado segundo os critérios abaixo descritos, deste modo deverão ser enviados documentos comprobatórios para cada item pontuável (serão considerados atestados dos trabalhos realizados e/ou publicações técnicas e científicas comprovadas).

• Formação (eliminatório e classificatório - máximo 05 pontos)	
a) Formação acadêmica não atende ao perfil profissional solicitado no Edital	Eliminado
b) Formação acadêmica atende ao perfil profissional do Edital	Classificado
c) Formação acadêmica atende ao perfil profissional solicitado no Edital e ainda possui pós-graduação em áreas afins ao objeto da contratação: especialização (2 pontos), mestrado (4 pontos), doutorado (5 pontos) na área de conhecimento previsto (não cumulativo, contando o curso com maior valor.	Até 5 pontos

• Experiência (eliminatório e classificatório, máximo 90 pontos)	
a) Experiência de no mínimo 5 (cinco) trabalhos sociais e/ou ambientais	Eliminatório
b) Experiência profissional em trabalhos (coordenação, elaboração, sistematização, etc.) de diagnósticos socioeconômicos ou socioambientais em unidades de conservação: 10 pontos por trabalho realizado, limite de 5 trabalhos (A soma de todos os trabalhos apresentados não poderá ultrapassar 50 pontos).	50
c) Experiência com trabalhos em planejamento de unidades de conservação: 5 pontos por trabalho realizado, limite de 5 trabalhos (A soma de todos os trabalhos apresentados não poderá ultrapassar 25 pontos).	25
d) Os trabalhos pontuados nos itens (b) e (c), quando realizados no Bioma Amazônia, terão sua pontuação aumentada em 1 ponto por trabalho (a soma dos trabalhos apresentados não poderá ultrapassar 10 pontos)	10

• Entrevista (eliminatório e classificatório, máximo 10 pontos)	
CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO
Avaliação da compreensão do escopo do trabalho	3
Avaliação do domínio do tema de diagnóstico socioeconômico	3
Avaliação da capacidade de análise e síntese.	4
Quantas consultorias o candidato estará realizando no período da vigência do contrato? OBS: Será eliminado o candidato que possuir contrato vigente no âmbito do Programa das Nações Unidas.	No caso de 1 consultoria simultânea à do presente Edital, o candidato perderá 5 pontos; com 2 ou mais consultorias será eliminado.

MODELO DE CURRÍCULO

CÓDIGO DA VAGA PRETENDIDA:

INFORMAÇÕES PESSOAIS							
Nome completo:							
E-mail:							
Nº do RG:							
Órgão Expedidor:							
Data de Expedição:							
Data de nascimento: (dd/mm/aaaa)							
*Local de nascimento:							
Sexo:							
Nome do Pai:							
Nome da Mãe:							
Estado civil:							
Língua Pátria:*							
Nacionalidade de origem:							
Nacionalidade atual:							
HISTÓRICO PESSOAL							
Você é ou já foi Funcionário Público Permanente a serviço do Governo?							
Cite publicações significativas que você tenha escrito (não anexar):							
ENDEREÇOS							
Tipo Endereço CEP	Estado	País	Endereço	Cidade	Estado	País	CEP
Comercial							
Residencial							
TELEFONES							
Tipo	DDI	DDD	Telefone	Ramal			

ESCOLARIDADE					
Escola; Cidade; País	Curso	Início	Término	Certificado	Nível
CURSOS DE CURTA DURAÇÃO NA ÁREA DE ATUAÇÃO (40 A 359 HORAS), INCLUINDO CURSOS DE IDIOMAS 359 HORAS					
Nome do Curso		Local do Curso		Carga Horária	
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL					
A partir da data:			Até (data):	Tempo de Experiência:	
Cargo:			Empregador:		
Supervisor					
Cidade/Estado:					
Atividades:					
Número e tipo de empregados supervisionados					
Para cada experiência profissional em ordem cronológica, acrescentar um quadro acima.					
LÍNGUAS ESTRANGEIRAS					
Língua	Leitura (Com facilidade ou com dificuldade)	Escrita (Com facilidade ou com dificuldade)	Conversação (Com facilidade ou com dificuldade)	Compreensão (Com facilidade ou com dificuldade)	
ESPECIALIDADES					
No quadro abaixo você deverá listar um máximo de duas especialidades, de preferência as que estejam diretamente relacionadas com o objeto de contratação do seu código.					
ESPECIALIDADE			TEMPO DE EXPERIÊNCIA (ANOS)		
FAMILIARES EM ORG. INTERNACIONAIS					

Nome	Org. Internacional	Parentesco

RESUMO DO CURRÍCULO: (De acordo com o perfil descrito no código a que está concorrendo, fazer um resumo da experiência profissional e respectivo período):

DATA ____/____/____ ASSINATURA